

Federação do Comércio de Bens, Serviços
e Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Outubro de 2021

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	7
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	13

RESUMO

O número de famílias endividadas em Santa Catarina mantém-se em ciclo de mínimas históricas ao alcançar 39,1% em outubro, embora apresente segunda alta sucessiva, depois de atingir o menor valor em agosto. Já a taxa de inadimplência interrompeu a trajetória de redução, que durava desde maio de 2021, e encerrou o mês em 6,1%. Apesar dos resultados, ambos os índices são o terceiro menor patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2013.

O nível de endividamento baixo na comparação com os anos anteriores indica redução do consumo. Esse resultado é reforçado pelo nível de consumo atual das famílias catarinenses, apurado em pesquisa da entidade, que reduziu 16,2% frente a setembro, acelerando as perdas e renovando a mínima histórica pelo 13º mês sucessivo. Além disso, essa condição tem freado a retomada do comércio varejista catarinenses, com a retração nos volumes de vendas em agosto (-10,30%) e setembro (-3,6%) de 2021.

No mês, todas os tipos de dívidas apresentaram elevação, sendo que cartão de crédito permaneceu sendo a mais citada, inclusive, renovou o maior patamar da série histórica, ao representar 86,2% dos endividados. O crédito pessoal, apresentou a maior alta (+7,25 p.p) e representou 25,1% dos entrevistados com dívidas, o maior patamar da série histórica. Essas condições podem ser reflexo da aceleração dos níveis de preços, que aperta o orçamento das famílias catarinenses e reforça a busca por renda extra por meio do crédito.

A parcela de renda comprometida por dívida também renovou o maior valor da série histórica no mês, ao situar-se em 36,6%. Isso mostra que embora o número de famílias endividadas seja reduzido, o patamar sobre a renda é alto, elevando o risco de inadimplência. Reforça essa situação a alta de 5,6 p.p. no grupo de entrevistados com comprometimento de renda acima de 50% passando de 27,7% para 33,3%.

Famílias endividadas seguem com mínimas históricas apesar do avanço

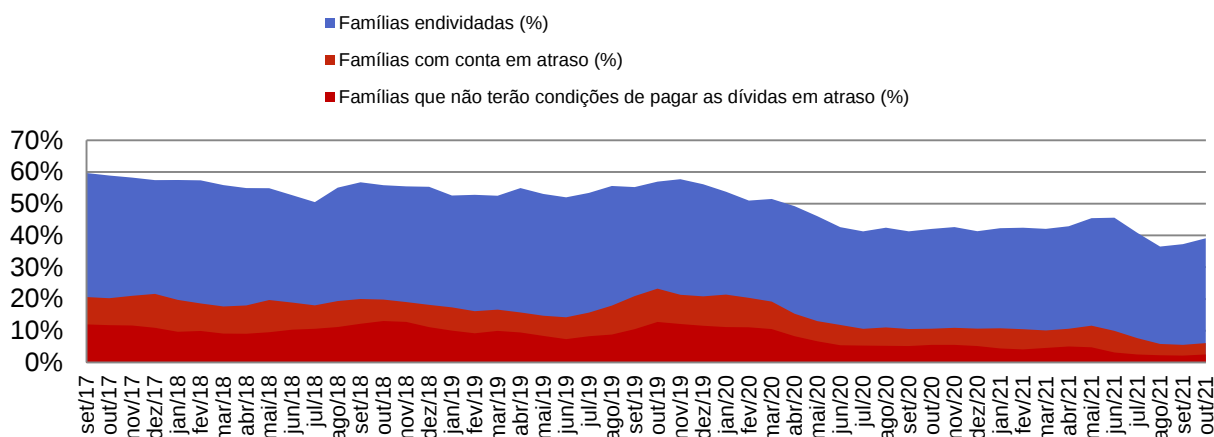
Síntese dos resultados						
Situação da família	Meses					
	out/20	jan/21	mar/21	ago/21	set/21	out/21
Total de endividadas	42,1%	42,3%	42,1%	36,5%	37,3%	39,1%
Dívidas ou contas em atraso	10,6%	10,7%	10,1%	5,8%	5,5%	6,1%
Não terão condições de pagar	5,5%	4,4%	4,6%	2,2%	2,1%	2,5%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses avançou pelo segundo mês consecutivo, depois de alcançar o menor patamar da série histórica em agosto deste ano. Assim, em outubro, 39,1% das famílias catarinenses estão endividadas, alta de 1,85 pontos percentuais na passagem do mês. Embora ocorra elevação, as famílias endividadas permanecem em ciclo de mínimas históricas, já que o resultado do mês é o terceiro menor patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2013.

O resultado no mês não possibilita identificar mudança de tendência, já que no comparativo com o mesmo período do ano anterior a trajetória de redução contínua forte, queda de 3,0 p.p. Portanto, o movimento de cautela dos consumidores e de baixo consumo, conforme apontado na pesquisa Intenção de Consumo das Famílias Catarinenses (ICF) e na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), está refletindo no clico de baixo endividamento no Estado. Esse movimento ocorre desde o início da crise sanitária no Estado. Em 2020, a média das famílias com dívidas alcançou 45,43%, resultado inferior ao da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%).

Síntese dos resultados desde 2017



No mês, a taxa de inadimplência interrompeu a trajetória de redução ao avançar 0,56 p.p. e atingir 6,1%. As famílias com contas em atraso tinham renovado a mínima histórica em setembro pelo quarto mês consecutivo. Apesar da taxa avançar em outubro, é a terceira menor da série, o que reforça o movimento de controle do orçamento familiar que ocorre desde 2020. Em caminho similar estão as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso em outubro (2,1%), queda de 0,1 p.p. diante do mês anterior.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar de endividados, sendo que as famílias com até 10 salários mínimos (SM) alcança o maior nível, assim, a proporção do endividamento chegou a 30,1% no mês, acréscimo de 3,5 p.p na passagem mensal, interrompendo trajetória de queda que ocorria por cinco meses. Já para as famílias com renda abaixo de 10 SM, a taxa de endividamento foi de 41,6%, aumento de 1,1 p.p. frente ao mês anterior, segunda alta consecutiva.

O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

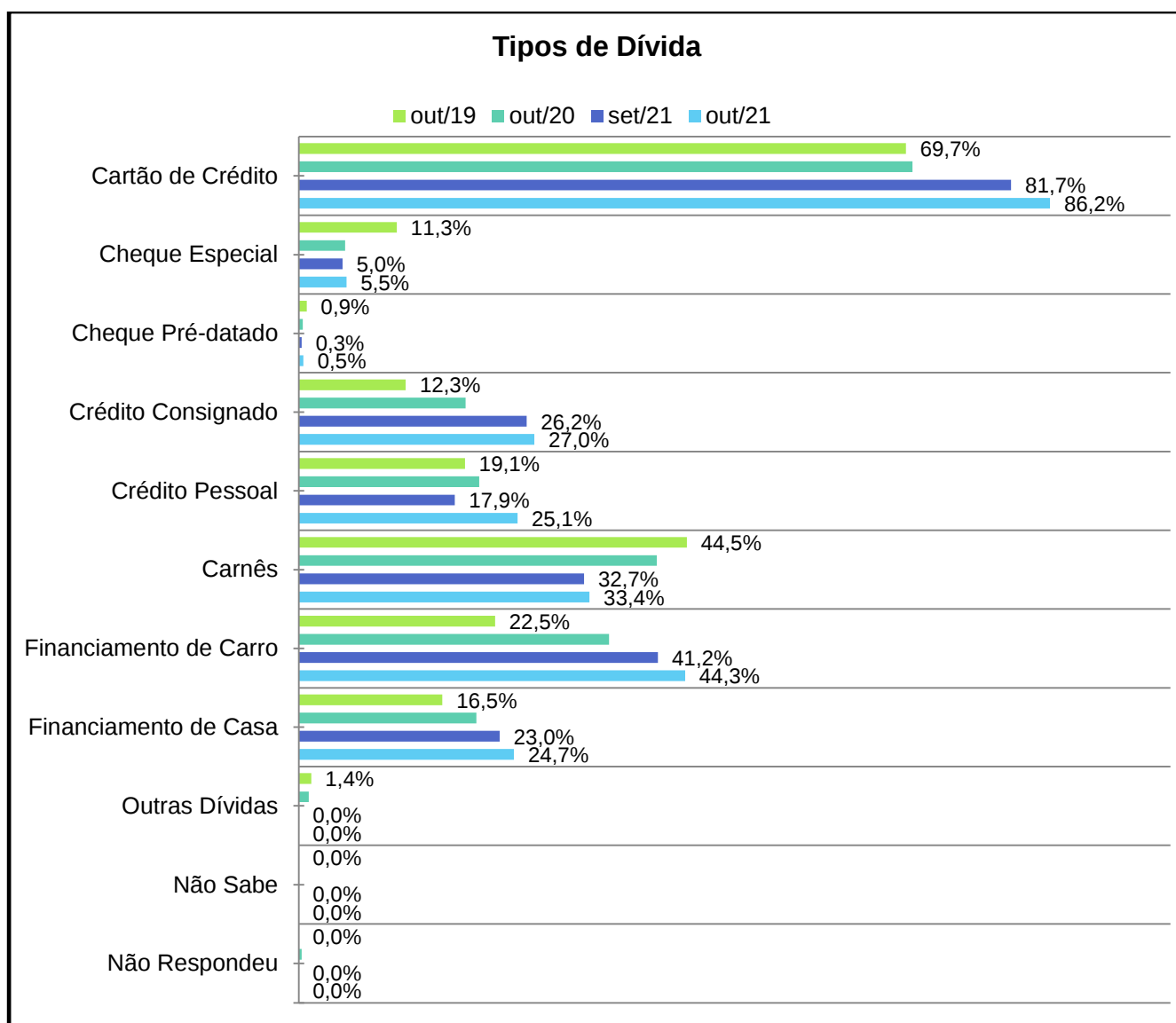
A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Nota-se que o nível de endividamento está controlado e equilibrado, pois a percepção das famílias quanto às dívidas está no ciclo de mínimas históricas para os grupos "pouco endividadas" e "Muito Endividado".

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	out/20	jan/21	mar/21	ago/21	set/21	out/21
Muito endividado	5,9%	6,5%	6,2%	4,1%	3,8%	4,0%
Mais ou menos endividado	21,5%	21,6%	22,0%	18,9%	18,9%	20,0%
Pouco endividado	14,6%	14,3%	13,9%	13,5%	14,5%	15,2%
Não tem dívidas desse tipo	57,9%	57,7%	57,9%	63,5%	62,7%	60,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

No mês, embora essas duas percepções tenham ampliado diante do mês anterior, no comparativo com o mesmo período do ano passado, o resultado ainda é inferior. Do lado das famílias que se encontram na categoria muito endividada, o movimento de queda que permanecia por quatro meses consecutivo foi cessado, alta de 0,2 p. p, entretanto, o resultado é o terceiro menor da série, ao situar-se em 4,0% (menor da série histórica foi em abril de

2013 de 3,69% e o 2º menor em setembro de 2021 – 3,8%). Para a percepção pouco endividado, o patamar do mês segue inferior à média dos anos anteriores (2018 -24,21%;; 2019 – 21,3%; 2020 – 17,13%), ao atingir 15,2% em outubro, entretanto, há movimento de crescimento desde agosto. Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas ampliou em 1,0 p.p na passagem do mês e alcançou em 20% dos entrevistados, entretanto, diferente das percepções apresentadas anteriores, o nível está acima dos resultados de mínimas histórias (15,33% - jan.13 e 15,35% - abril.13).

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se elevação em todas as categorias pesquisadas diante do mês anterior, com destaque para as fortes altas do crédito pessoal (+7,2 p.p) e cartão de crédito (+4,5 p.p).



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 86,7% dos entrevistados, inclusive, o resultado do mês renovou o maior nível histórico dessa dívida. Em 2021, o patamar do endividamento pelo cartão de crédito está alcançando os maiores níveis desde 2013, média de 76,4% entre janeiro e outubro, superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019 e 71,8% - 2020). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. Para ambas as faixas de rendas houve acréscimo frente ao mês anterior, com destaque para a alta de 10,9 p.p no grupo de faixa maior (92,3%) e de 1,3 p.p na faixa maior (83,6%).

A alta desse tipo dívida não refletiu na ampliação da inadimplência, mas é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em setembro patamar de 339,54% a.a. e 168,68% a.a., respectivamente.

O crédito consignado e o crédito pessoal também estão em trajetória de crescimento nos últimos dois meses e representam 27,0% e 25,1% das famílias endividadas, respectivamente. Além disso, ambos também alcançam níveis elevados na comparação da série histórica. No caso do crédito consignado, o resultado é o 2º maior patamar, somente inferior a outubro de 2014, quando alcançou naquele momento 27,41% dos entrevistados, já o crédito pessoal é o maior nível da série, superando o registrado em março de 2015 (21,79%). Assim, é possível inferir que as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra devido à redução do poder de compra causado pela aceleração dos níveis de preços, especialmente nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial.

Já a utilização do carnes, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, teve leve alta de 0,6 p.p frente ao mês anterior, entretanto, nota-se movimento oposto ao cartão de crédito, crédito consignado e crédito pessoal, ao alcançar 33,4% dos entrevistados, o resultados é inferior à média dos anos anteriores (2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros e de casas permanece em níveis maiores que a média dos anos anteriores. O financiamento de carros foi a segunda categoria mais citada em outubro ao atingir 44,3% dos entrevistados com dívida, resultado superior à média relativa aos anos de 2020 (33,02%), 2019 (26,05%), 2018 (27,88%), 2016 (30,62%).

Ainda, o financiamento de casa atingiu 24,7% dos entrevistados, alta de 1,6 p.p na passagem do mês. O resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%). Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 7,75%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de

juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores. A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no financiamento imobiliário com taxas de mercado alcança em média entre janeiro e setembro de 2021, 7,65% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%). O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,9 meses em média em outubro, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. O mês marca o retorno da máxima histórica para o comprometimento acima de 1 ano, ao representar 69,59% dos entrevistados, diante dos 67,3% em setembro, por isso, permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior aos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%). Nota-se que essa ampliação pode estar relacionada às modalidades de financiamento de carro e imóveis que se configuram em patamares elevados. Nesse ponto, por mais que os dados indiquem que a nível de endividamento seja equilibrado, dívidas de longo prazo exigem maior controle orçamentário das famílias, especialmente, necessidade de reservas de emergenciais, para conter eventuais situações.

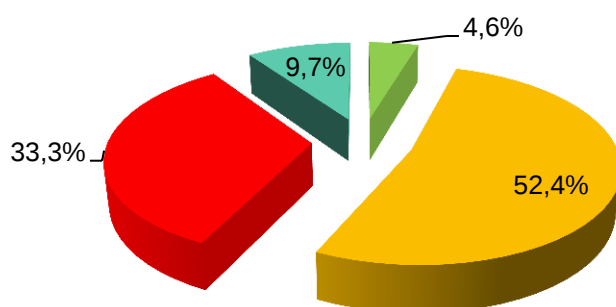
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	set/21			out/21		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	12,3%	11,5%	19,4%	12,0%	11,0%	20,3%
entre 3 e 6 meses	6,3%	6,9%	3,7%	6,6%	7,2%	4,2%
entre 6 meses e 1 ano	10,5%	11,0%	9,4%	7,8%	8,4%	6,6%
por mais de um ano	67,3%	66,6%	57,9%	69,6%	68,6%	67,4%
Não sabe / Não respondeu	3,7%	4,0%	1,6%	4,0%	4,8%	1,5%
Tempo médio em meses	9,8	9,9	8,4	9,9	10,0	9,3

Para o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida, houve redução de 0,3 p.p, indicativo de estabilidade. No comparativo com a média dos anos anteriores o resultado é inferior (2018 - 13,03%; 2019 – 13,53%), mas nota-se que esse patamar é significativo, ao atingir 12,0% dos entrevistados. Esse é um sinal da elevação do endividamento de curto prazo e pode estar vinculado ao cartão de crédito, que também tem patamares elevados.

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas permanece em trajetória de crescimento ao avançar 1,1 p.p em relação ao mês anterior e renovou o patamar máximo, desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao situar-se em 36,6%. Esse resultado é superior a média dos anos anteriores (2020 foi de 31,31%; 2019 foi de 29,4%; 2018 foi de 29,7%).

Parcela da renda comprometida com dívida

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Ocorre tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020, movimento acelerado na passagem do mês com alta de 5,6 p.p, passando de 27,7% para 33,3%. Com esse resultado, o grupo acima de 50% de renda comprometida renovou o maior da série histórica e fica muita acima das médias dos anos anteriores (2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Ainda, 52,4% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de renda abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimo.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, interrompeu a trajetória de queda que durou por quatro meses consecutivo, ao ampliar 0,56 p.p diante de setembro. Apesar da alta, a taxa é a terceira mais baixa da série histórica, ao situar-se em 6,1%. Desde o início da pandemia, esse indicador apresenta tendência de redução na comparação com os anos anteriores. No ano, a média da inadimplência é de 8,4%, resultado inferior à média dos anos anteriores (13,77% em 2020, 17,88% em 2019, 18,87% em 2018, 20,32% em 2017). A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira,

divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	set/21			out/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	27,1%	27,3%	65,1%	39,7%	40,3%	50,4%
sim, em parte	34,2%	33,9%	0,0%	19,2%	18,4%	12,6%
não terá condições de pagar	38,8%	38,8%	14,8%	41,1%	41,3%	37,0%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,1%	2,7%	0,2%	2,5%	3,2%	0,5%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 7,8% dos entrevistados desse grupo de renda, alta de 0,8 p.p. diante do mês anterior. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 1,3%, crescimento de 0,3 p.p. em relação a setembro.

Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas ampliou-se na passagem do mês, passando de 2,1% para 2,5%, o resultado é o 3º o menor da série.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	set/21			out/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	31,7%	25,3%	65,1%	37,7%	39,1%	37,8%
de 30 a 90 dias	23,1%	26,3%	0,0%	17,0%	18,5%	12,6%
acima de 90 dias	44,3%	47,1%	14,8%	44,0%	40,7%	49,6%
Não sabe / Não respondeu	0,9%	1,2%	0,0%	1,3%	1,7%	0,0%
Tempo médio em dias	59,0	62,8	23,1	56,2	54,5	57,9

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 56 dias em outubro de 2021. Essa tendência segue na passagem do mês, pois houve queda de 2,8 dias diante do mês anterior. Entretanto, ocorreu

elevação na passagem do mês em 2,9 dias. Ponto de destaque é a mudança do perfil do atraso, que até mês de julho deste ano concentrava a maior parte dos consumidores no grupo de até 30 dias, já em outubro o grupo acima dos 90 dias foi preponderante entre os consumidores com dívidas em atraso. Existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda até o mês anterior, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (23,1 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 62,8 dias, situação modificada em outubro, onde as faixas de rendas passaram a refletir de maneira similar os dias em atraso.

ANÁLISE NAS CIDADES

O número de famílias endividadas, apesar de apresentarem patamares diferentes nas cidades pesquisadas, se expressou de maneira homogênea na passagem do mês, exceto na cidade de Joinville. O viés de aumento no endividamento observada ao nível estadual se observou, sobretudo, em Blumenau (+7,6 p.p) e Chapecó (+7,8 p.p). A cidade de Joinville foi a única a retrair no mês, diminuição de 6,1 p.p, quarta seguida. Já Florianópolis segue sendo a cidade com maior nível de famílias endividadas, chegando a 55,1%, e alta de 3,6 p.p diante do mês anterior.

Do lado das famílias inadimplentes a trajetória é similar ao comportamento das famílias endividadas, com queda apenas em Joinville (-1,6 p.p). Nota-se, que Florianópolis permanece sendo a que apresenta o maior índice de inadimplência (14,5%), resultado similar ao dos meses anteriores.

Situação das Famílias	Outubro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	31,0%	35,2%	32,8%	55,1%
Dívidas ou contas em atraso	2,7%	3,3%	4,5%	14,5%
Não terão condições de pagar	0,9%	1,9%	2,0%	5,2%

Em relação à percepção de endividamento, nota-se que a cidade de Florianópolis, destoa das demais, ao concentrar 40,2% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”. Nesse sentido, nota-se que muito embora o nível de endividamento seja elevado em Florianópolis na comparação com as demais cidades, a percepção dessa dívida demonstra controle e equilíbrio. Já, nas demais cidades da pesquisa, o perfil das famílias endividadas está concentrado no grupo “mais ou menos endividado”. Ainda, o risco da taxa de inadimplência ampliar está vinculado ao grupo das famílias “muito endividadas”, que nesse caso, ocorre, especialmente, para as cidades de Chapecó.

Nível de endividamento	Outubro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	2,4%	6,4%	3,5%	4,8%
Mais ou menos endividado	21,6%	27,6%	24,3%	10,1%
Pouco endividado	7,0%	1,1%	5,0%	40,2%
Não tem dívidas desse tipo	69,0%	64,8%	67,2%	44,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Ainda, e em trajetórias igual ao nível estadual, em outubro todas as cidades ampliaram o grupo de famílias que afirmam ter dívidas no cartão de crédito na passagem do mês, com destaque para a elevação forte de Chapecó (+14,6 p.p). Esse município apresentou elevação em todos os tipo de dívidas, exceto para o Cheque especial (-2,2 p.p), sendo que a maior alta ocorreu para o financiamento de carro (+23,9 p.p).

O crédito consignado também ganhou destaque em outubro, com a alta em três cidades pesquisadas, sendo elas: Blumenau (+19,6 p.p); Chapecó (+9,5 p.p) e Joinville (+3,5 p.p). Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades houve cenários distintos nos municípios. O mês foi marcado pela alta no financiamento de casa, especialmente para Chapecó (+12,2 p.p) e Joinville (+3,9 p.p).

Tipo de dívida	Outubro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	94,11%	75,95%	86,98%	83,05%
Cheque especial	4,90%	2,67%	7,14%	5,28%
Cheque pré-datado	0,98%	0,00%	0,63%	0,31%
Crédito consignado	32,46%	68,96%	25,97%	5,34%
Crédito pessoal	42,52%	28,88%	28,86%	4,22%
Carnês	23,63%	34,74%	38,94%	34,56%
Financiamento de carro	60,43%	54,57%	59,03%	8,97%
Financiamento de casa	29,93%	28,37%	28,13%	14,62%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios, a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano”, exceto para Florianópolis, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (36,13%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos quatro meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,3 meses.

Outubro				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	1,96%	1,34%	2,60%	36,13%
Entre 3 e 6 meses	0,00%	0,00%	1,95%	20,53%
Entre 6 meses e 1 ano	7,93%	1,34%	5,86%	12,79%
Por mais de um ano	87,16%	91,98%	81,82%	30,55%
Não sabe / Não respondeu	2,94%	5,34%	7,76%	0,00%
Tempo médio em meses	11,5	11,8	11,4	6,3

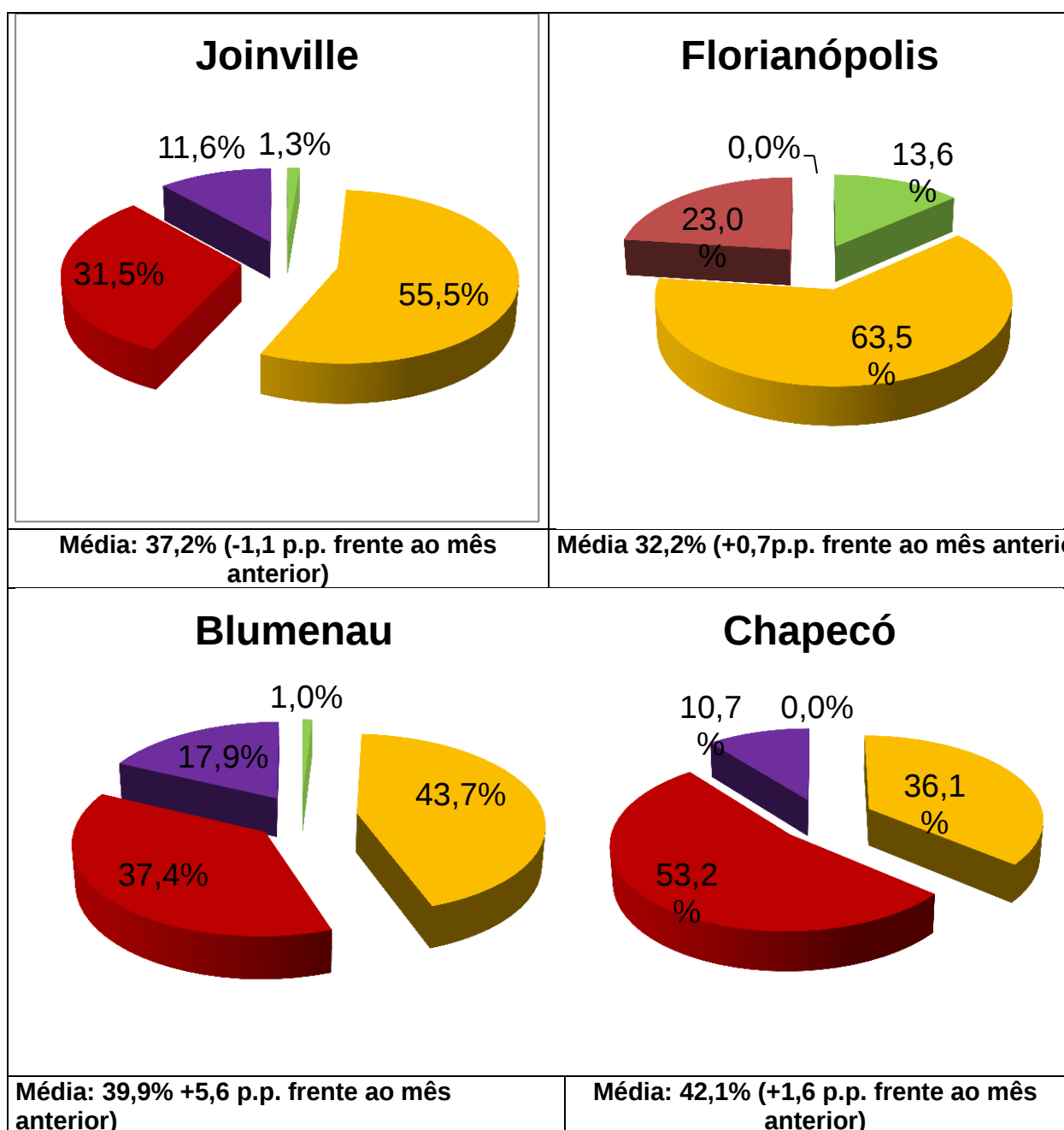
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. Até o mês de junho a cidade de Florianópolis apresentava o maior tempo médio de atraso, entretanto, essa posição passou a ser de Chapecó em virtude do movimento de crescimento dos três últimos meses, assim, os consumidores alcançaram em agosto 82,5 dias para o pagamento das dívidas em atraso diante dos 69,0 do mês anterior. Ainda, no mês nota-se avanço na cidade de Joinville, que passou de 52,8 para 57,8 dias entre agosto e setembro. Do outro lado, Florianópolis apresentou redução no mês de 1,7 dias.

Outubro				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	55,56%	28,57%	34,87%	29,69%
De 30 a 90 dias	11,11%	14,29%	11,62%	29,52%
Acima de 90 dias	33,33%	57,14%	49,63%	40,80%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	3,87%	0,00%
Tempo médio em dias	45,0	64,3	59,2	58,9

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual e renovou a máxima histórica, apresentou movimento equivalente em três cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Blumenau (+5,6 p.p.) e a alta em Chapecó (+1,6 p.p.). Somente, a cidade de Joinville apresentou queda de 1,1 p.p na média de renda comprometida com dívida.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda em três cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (53,2%, alta de 7,4 p.p diante do mês anterior).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.